

Contra ventos e marés, São Josemaria chegou a Roma em 23 de junho de 1946.

Pilar Urbano, jornalista e escritora, relata em "O homem de Villa Tevere", a chegada a Roma de São Josemaria, pela primeira vez, depois da travessia de Barcelona a Gênova, num bote estragado e acossado pela tempestade.

21/06/2021

São Josemaria chegou a Roma a 23 de junho de 1946.

Debruçados sobre a velha amurada do J.J.Sister, a bombordo, o sacerdote Josemaría Escrivá e o extremamente jovem professor catedrático de História do Direito, José Orlandis, membro do Opus Dei, respiram uma lufada de brisa marinha.

Entreolham-se e sorriem. Perto deles, um passageiro comenta: “Depois da tempestade, vem a bonança”. O ditado, desta vez, revela-se cabalmente descritivo.

Tinham passado vinte horas de tremenda aflição, em que o pequeno vapor-correio fora sacudido por uma violenta tramontana que soprara do golfo de Lyon. O J.J.Sister, com fama de saltarilho e dançarino, aguentara-se galhardamente contra vento e maré, ainda que a louça e a cristaleira da sala de jantar se tivessem estraçalhado, as ondas

tivessem varrido o convés e os móveis dos camarotes tivessem rodado de um lado para o outro... Tanto os passageiros como a tripulação, do capitão até ao último marinheiro, haviam sofrido os estragos do enjôo. Em plena sarabanda do temporal, Josemaría Escrivá tinha dito com bom humor a José Orlandis:

– Sabes de uma coisa? Se afundarmos e formos comidos pelos peixes..., Perico Casciaro (*) não volta a provar uma pescadinha em toda a sua vida!
(1)

Pouco depois, o Padre aludira ao motivo – motivo importante – dessa viagem azarada: – É de ver como o diabo enfiou a cauda no golfo de Lyon! Está claro que não acha nenhuma graça a que cheguemos a Roma!(2)

São cinco da tarde de um cálido dia de junho, sábado 22, de 1946. O sol

cai a pino, mas a brisa do mar alto torna convidativo permanecer no convés. O J.J. Sister viaja no sentido oeste-leste, de Barcelona a Gênova. De repente, as águas voltam a agitarse. Há um momento de inquietação entre os passageiros.

– Que acontece agora...? Outra borrasca?

– Não. É um cardume de baleotes...

O capitão ainda está com os binóculos assentados quando divisa o ameaçador volume metálico de uma enorme mina boiando perto da proa. A guerra mundial terminou há pouco menos de um ano e não é raro encontrar esse tipo de “lembranças”. O navio vira a estibordo e esquiva-se.

Parece que, por fim, tudo sossega. Escrivá e Orlandis estendem o olhar em direção à linha sigilosa do horizonte. Belas, enevoadas e longínquas, enxergam-se as costas

francesas. Surge a evocação, ensimesmada e silenciosa.

Faz agora três anos que outro jovem do Opus Dei, Álvaro del Portillo, percorria essa mesma rota, mas de avião e em pleno fragor da guerra. Seus companheiros de viagem eram uns simpáticos comediantes italianos, um tanto estapafúrdios. Durante o trajeto, vários caças tinham sobrevoado o espaço aéreo que eles vinham atravessando, e aberto fogo para destruir um navio... exatamente debaixo do ponto onde se encontravam. Os da farândola, assustadíssimos, tinham-se posto a gritar:

– Mamma mia, si mette male! Qui affoghiamo tutti!

Mas Del Portillo não se alterara: “Eu tinha a certeza de que não aconteceria nada: levava todos os papéis...”(3) Sim, era verdade: levava consigo todos os papéis, todos os

documentos que devia apresentar à Santa Sé para obter o nihil obstat, o sinal verde para a ereção diocesana da Obra. Naquelas datas, o Opus Dei só contava com uma aprovação muito circunstancial: uma espécie de salvo-conduto concedido por D. Leopoldo Eijo y Garay, bispo de Madrid-Alcalá, que lhe permitia trabalhar dentro dos limites de uma “Pia União”. Era algo claramente insuficiente para a dimensão universal que a natureza da Obra exigia.

Quando fora recebido em audiência pelo papa Pio XII, naquele dia de junho de 1943, Álvaro del Portillo ainda não tinha sido ordenado sacerdote. Apresentara-se diante do Portone di Bronzo vestindo o uniforme de gala de engenheiro civil(**), com tantos botões, galões e bordados que os alabardeiros da Guarda Suíça tinham formado em posição de sentido e apresentado

armas. Com certeza, tinham-no tomado por um marechal ou um almirante... Se bem que, isso sim, espantosamente jovem.

A Santa Sé acolhera, não apenas com benevolência, mas “com entusiasmo”, as tarefas de apostolado e santidade no exercício do trabalho profissional que o Opus Dei projetava, desejoso de expandir-se em todas as direções da rosa dos ventos. E, poucos meses depois, em 11 de outubro, a Igreja apunha as suas mãos sobre a Obra, declarando não haver nada nessa espiritualidade que não pudesse ser abençoado e que não devesse ser alentado pelo Pontífice. Era o nihil obstat. Um passo importante, mas somente um passo nessa longa e íngreme ladeira, nessa fatigante caminhada jurídica em que o Fundador do Opus Dei e todas as pessoas da Obra investiriam tantas orações, tantos trabalhos,

tantas diligências, tantos esforços e tantos sofrimentos.

Iniciara-se então uma “aposta” de esperança que duraria quarenta anos. Seria a travessia do deserto. Mas uma travessia alegre e ao longo de um deserto fértil, em que, ano após ano, se contariam por milhares as levas de vocações.

Cada século tem as suas audácia. E cada audácia, um homem intrépido que vai à frente. Josemaria foi um dos grandes audazes do século XX. Com a segurança de quem secundava um real querer de Deus, ousou a revolucionária novidade da Obra. Um achado, um encontro não procurado, que estava já por aí. Velho? Novo? Palpitante, como o Evangelho. Mas deveria pô-lo em pé e fazê-lo caminhar e viver pelas ruas do mundo, sem outras fronteiras que não as da liberdade.

O Opus Dei, como toda a genuína revolução, retorna às origens: entronca os homens e mulheres de hoje naqueles cidadãos das primeiras horas cristãs, que alcançaram a santidade no seu trabalho e na sua condição de vida laical, inseridos na mesmíssima medula do mundo. O Opus Dei não inventa nada: redescobre, de um modo tão simples quanto radical, que o cristianismo é fermento chamado a fecundar e transformar a sociedade civil no seu âmago, orientando de proa para Deus todas as atividades limpas e honradas dos homens.

Tão simples assim. Tão sublime assim. Ainda que não tão fácil assim.

O Opus Dei existe para servir a Igreja “como a Igreja quer ser servida”. Por isso, é necessário que essa espiritualidade singular tenha uma entidade jurídica cabal, que só a Igreja lhe pode dar. Mas de tal modo

que essa sanção canônica não desfigure a sua natureza secular ou cerceie os seus vôos pelo mundo inteiro. É no plano desse difícil equilíbrio de fidelidades que Josemaria Escrivá deverá mover-se, até ao último dia da sua vida, como filho fiel da Igreja e como fiel instrumento, Fundador da Obra.

Alcançar essa fórmula jurídica adequada foi o que levou novamente Álvaro del Portillo a Roma, em fevereiro de 1946. Agora já ia vestido de batina. Voltava ao Vaticano levando várias dezenas de cartas de recomendação de bispos que apoiavam o pedido do Decretum laudis – do “Decreto de louvor” – para a Obra. Mas as ortopedias canônicas ofereciam resistência à hora de inventar uma roupa sob medida, uma figura que se ajustasse ao novo fenômeno eclesial do Opus Dei. Na Santa Sé, disseram a Del Portillo que a Obra nascera cedo

demais. Como se a hora de Deus tivesse que se adaptar aos relógios dos homens.

“A Obra – escreveria mais tarde mons. Escrivá – surgia diante do mundo e da Igreja como uma novidade. A solução jurídica que procurava, como impossível. Mas, filhas e filhos meus, eu não podia esperar que as coisas fossem possíveis. «Os senhores chegaram com um século de antecedência», disse um alto dirigente da Cúria Romana. E, não obstante, era preciso tentar o impossível. Urgiam-me nesse sentido milhares de almas que se entregavam a Deus na sua Obra, com essa plenitude da nossa dedicação, para fazerem apostolado no meio do mundo”(4).

O Portone di Bronzo fechou-se, não porque a pessoa que batia tivesse chegado tarde, mas porque tinha chegado cedo demais. Mas as obras

de Deus não podem permanecer de braços cruzados. Álvaro del Portillo, em Roma, não perdeu um minuto. Aos trâmites no Vaticano, acrescentou visitas e diligências para obter mais cartas de recomendação de cardeais que em breve se dirigiriam aos seus postos em Palermo, na Argentina, em Moçambique, em Colônia... E, com efeito, conseguiu novos apoios para o Decretum laudis: de Ruffini, de Caggiano, de Gouveia, de Frings... Isso era fé.

Entretanto, embora já tivesse enviado uma carta ao Padre, como não confiava muito no péssimo serviço de correio do pós-guerra, enviou outra em mãos através de um diplomata espanhol que regressava a Madrid. Em ambas as cartas, comunicava a Josemaría Escrivá aquele “os senhores sentem-se e esperem” que lhe tinham dito na Santa Sé. Acrescentava a sua opinião

pessoal: “Eu já não posso fazer mais nada... Agora cabe ao senhor”⁵. E embora soubesse que o Padre sofria de uma séria diabetes mellitus, falava-lhe da conveniência de que viajasse a Roma.

Logo que recebeu essas duas missivas, o Padre reuniu num centro do Opus Dei, na rua Villanueva, em Madrid, as pessoas que naquele momento faziam parte do Conselho Geral da Obra (***) . Leu-lhes as cartas de Álvaro e, sem paliativos, expôs-lhes o parecer desfavorável dos médicos em relação a essa viagem. O doutor Rof Carballo dissera-lhe: “Não respondo pela sua vida”.

– Os médicos afirmam que posso morrer em qualquer momento... Quando me deito, não sei se me levantarei. E quando me levanto de manhã, não sei se chegarei ao final do dia...(6)

Os que integravam o governo da Obra eram rapazes jovens, mas tinham a maturidade da vida interior. De coração apertado, antepuseram aos sentimentos que os dominavam as exigências de uma missão que os transcendia. Sem duvidar um instante, aderiram ao que adivinhavam que o Padre desejava fazer. E animaram-no a embarcar quanto antes.

– Eu vo-lo agradeço. Mas, em qualquer caso, partiria: o que é preciso fazer, faz-se(7).

Isso foi na segunda-feira, 17 de junho de 1946. Obtiveram-se os vistos e as passagens em questão de horas. Na quarta-feira, dia 19, às três e meia da tarde, o Padre saía de carro em direção a Saragoça. De lá, dirigiu-se a Barcelona para embarcar no J.J.Sister até Gênova. E finalmente, também por terra, percorreria a última etapa dessa longuíssima viagem que o

levava a Roma. Hoje, fá-lo-ia num breve vôo de Barajas a Fiumicino; mas então, recém-terminada a guerra mundial, sem comunicações aéreas comerciais entre a Espanha e a Itália, e com a fronteira da França interceptada, tinha de ser assim.

No percurso até Barcelona, Josemaría quis deter-se em três santuários dedicados à Mãe de Deus: em Saragoça, o Pilar; ao passar pelos Bruchs, um desvio atéMontserrat; por fim, já em Barcelona, uma visita à Virgem das Mercês. Era o filho que procurava na sua Mãe, “onipotência suplicante”, todas as recomendações, todas as forças e todas as luzes de que ia precisar.

Também em Barcelona, logo de manhã cedo, na segunda-feira, dia 21, reuniu-se com um pequeno grupo de filhos seus, no oratório de um apartamento na rua Muntaner. Fizeram juntos um tempo de oração.

Olhando fixamente o sacrário, o Padre interpelou o Senhor com palavras que Jesus Cristo conhecia muito bem: Ecce nos reliquimus omnia et secuti sumus te: quid ergo erit nobis? “Eis que nós deixamos tudo e te seguimos: que será de nós?” (Mt 19, 27).

Era, ao pé da letra, a mesma queixa que Pedro lançara havia dois mil anos, fazendo-se porta-voz da inquietação e da ansiedade dos Doze. O Padre fez uma pausa. Dir-se-ia que o horizonte estava fechado, encoberto, pressagiando um desenlace desastroso. Com a confiança desse belo amor, capaz de encarar Deus num colóquio profundo, amistoso, que vinha de longa data, Escrivá continuou a falar a meia-voz, num tom íntimo, enérgico, emocionado:

– Senhor, Tu pudeste permitir que eu de boa-fé enganasse tantas almas?!

Se fiz tudo para tua glória e sabendo que é a tua vontade! É possível que a Santa Sé diga que chegamos com um século de antecedência...? Ecce nos reliquimus omnia et secuti sumus te!... Nunca tive vontade de enganar ninguém. Não tive outra vontade senão servir-te. Será então que sou um trapaceiro?(8)

Todos os que estavam nesse pequeno oratório da rua Muntaner já sabiam muito bem o que era “deixar tudo” e pagar por isso com tiras da própria honra: precisamente em Barcelona, certas “boas pessoas” vinham maquinando havia bastante tempo uma duríssima campanha de insultos e calúnias contra o Opus Dei, semeando cizânia nas famílias e pondo-as de sobreaviso para que os seus filhos não “caíssem nas redes dessa nova heresia”. Mas as palavras de Josemaría Escrivá não eram uma queixa nem nenhum tipo de cobrança. Eram, em última análise, a

súplica, quase à beira das lágrimas, de quem não tem na terra outro ponto de apoio que não o céu.

Já a altas horas da noite de 22 de junho, o J.J.Sister atraca no porto de Gênova. Passeando pelo cais, Álvaro del Portillo e Salvador Canals estão à espera. O Padre dá um abraço forte, muito forte, aos seus dois filhos. Depois, dirige-se a Álvaro e, olhando-o por cima dos óculos, diz-lhe com humor castiço:

– Aqui me tens, malandro...!
Conseguiste sair-te com a tua!(9)

É tão tarde que, quando chegam ao hotel, já não servem nada no restaurante nem nos quartos. O Padre só tomou um café com bolachas desde que saiu de Barcelona, há trinta horas.

Álvaro havia guardado um pequeno pedaço de queijo parmesão do seu jantar, pensando que o Padre

poderia gostar. É a única coisa que Escrivá comerá nessa noite.

Do livro O Homem de Villa Tevere: os anos romanos de Josemaria Escrivá, de Pilar Urbano, trad. portuguesa, São Paulo, 1996, Capítulo II

Notas

(*) Pedro Casciaro, um dos primeiros membros da Obra (N. do T.)

(1) Testemunho de José Orlandis Rovira (AGP, RHF T-00184)

(2) AGP, RHF 21164, págs. 1408-1409

(3) AGP, RHF 21165, pág. 177

(**) Por tradição, diversos ramos da engenharia, na Espanha, têm uniformes de gala próprios, que se usam em ocasiões solenes – a formatura, o casamento, etc. O costume provém das escolas de engenharia instituídas pelos monarcas do século XIX, quando os

profissionais que as tinham cursado formavam uma “corporação” a serviço do Estado (N. do T.)

(4) Carta, 25-I-1961, n. 19

(***) O Conselho Geral é o órgão de governo central para toda a Obra. O organismo correspondente para as mulheres é a Assessoria Central (N. do T.)

(5-7) AGP, RHF 21165, págs. 985-986; o dr. Juan Rof Carballo, que atendia Josemaría Escrivá em Madrid, desaconselhou que fizesse essa viagem

(8) AGP, RHF 21164, págs. 1323-1324

(9) ibid., 1409.

e-mares-sao-josemaria-chegou-a-roma-
a-23-de-junho-de-1946/ (21/01/2026)